JORNAL DO SENADO

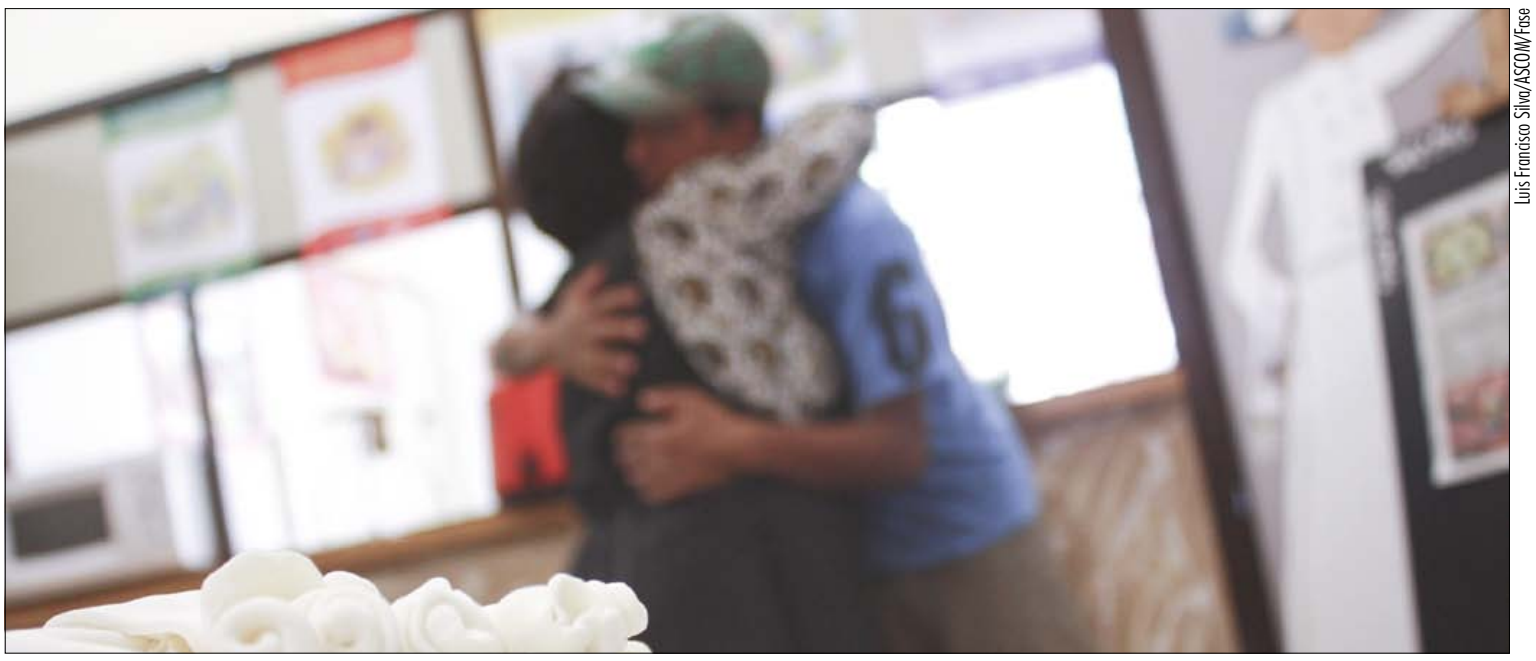
www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.893 — Brasília, segunda-feira, 17 de junho de 2013

Comissões fazem hoje debates com participação do público

A partir das 9h, a CDH discute a regulamentação dos direitos das domésticas e, às15h, a CCJ faz a última audiência sobre maioridade penal

Os debates serão transmitidos ao vivo pelo Portal e-Cidadania e pela TV Senado. O cidadão poderá encaminhar perguntas e comentários aos senadores e convidados pelo link de cada audiência ou pelo Facebook, Twitter e Alô Senado. A PEC das Domésticas foi aprovada em março pela Casa e o que se discute agora é o projeto que regulamenta os novos direitos. No caso dos adolescentes infratores, o foco do debate de hoje é a maturidade e o desenvolvimento mental. 2 e 4



Luis Francisco Silva/ASCOM/Fase

Adolescente recebe visita em unidade de atendimento socioeducativo em Porto Alegre: país avalia adequação de antecipar a maioridade penal, atualmente em 18 anos

Vídeo explica Orçamento da União a partir das despesas de uma família 3

Moreira Mariz/Agência Senado

Romero Jucá fala sobre o Fundo de Participação dos Estados: regras para a partilha do FPE precisam ser aprovadas logo para que estados não fiquem sem verbas

Senadores querem votar amanhã novas regras para FPE

Na semana passada, a Câmara derrubou o projeto que o Senado havia aprovado com novas regras de partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Para que os estados não corram o risco de ficar sem os repasses federais do fundo, o Senado voltará a apreciar o texto, com pequenas mudanças. A ideia é votá-lo amanhã. 3

Protestos em São Paulo geram reações em Plenário 3

Lei antiterror não deve incluir movimentos sociais 3

Instalada comissão da MP do Minha Casa Melhor 4

Secs | Criação e Marketing

MAIS CRÉDITO PARA SUA REGIÃO

O Congresso aprovou a Lei 12.810/2013, que permite aos estados e municípios renegociar e parcelar suas dívidas com a Previdência Social. Isso contribui para o desenvolvimento de sua região.
Governadores e prefeitos têm até o dia 30 de agosto de 2013 para repactuar as dívidas previdenciárias.

saiba mais em:
www.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

Termina hoje ciclo de debates sobre maioridade

Terceira audiência pública sobre punição criminal para menores de 18 anos vai discutir maturidade e desenvolvimento mental dos adolescentes. Cidadãos podem acompanhar pela TV e pela internet

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) encerra hoje ciclo de debates sobre redução da maioridade penal. A terceira audiência pública vai enfocar maturidade e desenvolvimento mental. O ciclo foi realizado por sugestão de Vital do Rêgo (PMDB-PB), presidente da CCJ.

A discussão será transmitida ao vivo pelo Portal e-Cidadania e pelo canal 2 da TV Senado na internet. Os cidadãos também podem participar pelo Facebook, pelo Twitter e pelo Alô Senado (0800 612211). Além disso, a audiência será transmitida, por meio de videoconferência, para todas as assembleias legislativas, e também por *video streaming*, pelo Portal do Interlegis.

Entre os convidados para o debate de hoje, estão a integrante do Conselho Federal de Psicologia Cynthia Rejanne Correa Ciarallo; o coordenador do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Sinase), Cláudio Augusto Vieira da Silva; a presidente do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal, Carla Maria Manzi Pereira Baracat; o psicanalista Contardo Calligaris; e o secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fernando Grella Vieira.

Luiz Silveira/Agência CNJ

O endurecimento das medidas socioeducativas foi defendido na audiência anterior

Na segunda audiência da comissão, dia 10, prevaleceu posição contrária à possibilidade de imputabilidade de menores de 18 anos. Educação em tempo integral e endurecimento de medidas socioeducativas já estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que hoje prevê internação de, no máximo, três anos por infrações mais graves, foram defendidos como opções à redução da maioridade penal.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 15h

- **Tempo real**: *http://bit.ly/audienciaRMP3*
- **Portal e-Cidadania**: *www.senado.leg.br/ecidadania*
- **Facebook**: *eCidadaniaSF*
- **Twitter**: *@e_cidadania*
- **Taquigrafia**: *http://bit.ly/notasRMP*
- **TV**: *www.senado.leg.br/TV* (canal 2)

Wellington comemora derrubada de liminar em projeto de novos partidos

A provável derrubada da liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes que paralisou a tramitação de projeto que limita a criação de novos partidos foi comemorada pelo líder do PT, Wellington Dias (PI). Em pronunciamento na sexta-feira, o parlamentar disse que a retomada do exame da proposta é o reconhecimento do direito legítimo do Congresso de legislar e a garantia da harmonia entre os Poderes.

— Comemoro, porque, claramente, na minha visão, nós tivemos uma invasão de um Poder sobre aquilo que é legítima competência de outro — afirmou.

Cristovam defende educação federal para crise das instituições

Pedro França/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu, em discurso na sexta-feira, a federalização da educação como o melhor caminho para solucionar as deficiências que ameaçam as instituições. O senador citou vários problemas, como as crises da relação entre os Três Poderes e da Federação, e os comparou a minas que podem explodir se não forem desarmadas.

— Mas eu não posso fugir a lembrar que o principal elemento detonador de todas essas minas é a falta de um programa radical de educação nesse país — afirmou.

Alvaro aponta perda de credibilidade do poder público no país

Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou em Plenário, na sexta-feira, a existência de uma crise generalizada que provoca a perda da credibilidade das instituições do país, em especial nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. De acordo com o senador, ora há omissões, outras vezes ativismo excessivo e invasões recíprocas de competência, entre outras questões que considera graves.

— Temos que ter humildade para reconhecer as nossas fragilidades, as nossas deficiências, contradições e erros — afirmou.

Ele acrescentou que nem o Congresso nem o Executivo e o Judiciário conseguem atingir as expectativas do povo brasileiro.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: *http://bit.ly/agendaSenado*

SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos
14h A sessão é não deliberativa, aberta para pronunciamentos de senadores.

PRESIDÊNCIA Líderes empresariais
12h O senador Renan Calheiros participa de almoço-debate com o Lide — Grupo de Líderes Empresariais e o Grupo Doria, em São Paulo.

CDH Trabalho doméstico
9h Debate sobre regulamentação da emenda constitucional dos trabalhadores domésticos. Entre os convidados, o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Mauricio José Godinho Delgado.

CÓDIGO COMERCIAL Reunião
14h Reunião de trabalho da comissão de juristas responsável pela elaboração de anteprojeto do novo Código Comercial.

CCJ Maioridade penal
15h Em debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a redução da maioridade penal.

TERÇA

CMA Rosemary
8h30 Gilberto Carvalho presta esclarecimentos sobre Rosemary Noronha, ex-chefe do escritório da Presidência em São Paulo.

CAE Imposto de Renda
9h30 Votação de inclusão automática na malha fina das declarações do IR dos contribuintes com mandato eletivo.

CE Feriados nas sextas-feiras
10h O projeto que institui a Semana Nacional da Saúde Masculina e o que transfere feriados para as sextas-feiras constam da pauta.

CAS Trabalhadores do comércio
11h Discussão sobre a regulamentação do pagamento de um percentual mínimo de 4% sobre as vendas para os trabalhadores do comércio.

CMMC Agricultura de baixo carbono
11h Debate sobre agricultura de baixo carbono e extensão rural com José Guilherme Leal, representante do Ministério da Agricultura.

CAE Alexandre Tombini
14h O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, comparece à audiência na Comissão de Assuntos Econômicos para falar sobre a política monetária.

CDH/CAS Consumo e Saúde
14h "Consumo seguro: novo determinante da saúde" é tema de debate em sessão conjunta das comissões.

CMO Crédito suplementar
14h30 Votação do relatório à MP 611/2013, de crédito para os Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional.

CE Arquivo Nacional
15h Audiência pública ouve o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre a situação do Arquivo Nacional, em razão de denúncias de má conservação.

QUARTA

CI Ciclo de debates
7h30 A infraestrutura rodoviária e a mobilidade urbana são o tema do terceiro painel sobre financiamento e gestão de transportes.

CAS Vítimas de violência
9h Projeto pelo qual os municípios deverão manter pelo menos um hospital de referência para atendimento integral a vítimas de violência sexual.

CCJ Participação popular
9h Sabatina de Cláudio Mascarenhas Brandão, indicado para o TST. Às 10h, projeto sobre participação popular na elaboração de lei do Congresso.

CDR Edificações
9h Na pauta, substitutivo a projeto que determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (Lite).

SUBCOMISSÃO DA COPA Vistorias
14h Votação de requerimento solicitando diligências dos senadores em estádios de jogos da Copa do Mundo e nas obras de infraestrutura dos entornos.

CRE Embaixador
15h Exame da indicação de Denis Fontes de Souza Pinto para embaixada do Brasil no Vaticano e, cumulativamente, na embaixada brasileira em Malta.

QUINTA

CAS/CCJ/CAE Sessão conjunta
10h30 Prestação de contas e avaliação das políticas públicas da Agência Nacional de Saúde Suplementar, com o diretor-presidente, André Longo Araújo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: *http://bit.ly/plenarioOnline*

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: *http://bit.ly/comissoesOnline*

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (*www.senado.leg.br/tv*) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: *www.senado.leg.br/noticias*

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Silvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: *www.senado.leg.br/jornal* — E-mail: *jornal@senado.leg.br* — Twitter: *@jornaldosenado* — *facebook.com/jornaldosenado*
Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Ideia é fazer pequenas alterações no projeto que havia sido aprovado em abril no Senado, mas rejeitado semana passada na Câmara. Sem novas regras, estados podem ficar sem recursos do fundo

Senadores querem aprovar novo rateio do FPE amanhã

O GRANDE DESTAQUE desta semana no Senado será a mobilização para a votação de uma nova proposta para a partilha do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Romero Jucá (PMDB-RR) confirmou para amanhã a votação de um novo projeto no Plenário.

A proposta (PLS 192/2011 — Complementar) havia sido aprovada pelo Senado em abril, mas foi rejeitada pela Câmara na semana passada. Os senadores tentarão votá-la de novo amanhã, para que a Câmara vote o texto em seguida.

— Há disposição entre os deputados para votar o projeto rapidamente. Renan [Calheiros, presidente do Senado] conversou com Henrique [Eduardo Alves, presidente da Câmara] e eu conversei com alguns líderes da Câmara — disse Jucá.

Ao ser questionado se é possível ocorrer uma nova derrota na Câmara, Jucá respondeu que agora a proposta tem chance de passar "porque os deputados caíram em si". Ele disse que o texto a ser votado no Senado deve ser praticamente o mesmo que havia sido aprovado antes, "com o ajuste de um detalhe ou outro". O relator será o mesmo, Walter Pinheiro (PT-BA).

O texto de Pinheiro mantinha os coeficientes atuais de distribuição até 2015. Em 2016 e 2017, seria garantido um piso, correspondente aos valores recebidos pelos estados em 2015, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e 50% da variação real do PIB. O excedente seria distribuído de acordo com a população e o inverso da renda domiciliar per capita.

O líder do PT no Senado, Wellington Dias (PI), disse que uma das divergências na Câmara foi o critério que reduz os recursos dos estados com maior crescimento econômico, o que significaria grandes perdas para estados como Goiás.

— O relator está disposto a fazer ajustes pontuais. Não vai resolver tudo, mas pode ao menos reduzir o tamanho da perda e viabilizar a votação.

Pedro França/Agência Senado

Moreira Mariz/Agência Senado

Pedro França/Agência Senado

Romero Jucá, Walter Pinheiro e Wellington Dias: mobilização pelas regras do FPE

Oposição culpa Dilma pela rejeição do texto

A rejeição pela Câmara do projeto que redistribui os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) tem, entre os culpados, o governo, que não demonstrou liderança para aprovar o texto. A avaliação foi feita por Alvaro Dias (PR) e Aloysio Nunes Ferreira (SP), do PSDB.

— Faltou entendimento político. Além disso, o governo Dilma, que tem maioria no Congresso, lavou as mãos nessa questão — criticou Aloysio, líder do PSDB no Senado.

Para Alvaro, Dilma "não tem gosto pela articulação política e não designa pessoas com competência para substituí-la". Por isso, argumenta, há permanentes turbulências na relação entre Executivo e Legislativo.

— Mesmo com maioria esmagadora, o governo não consegue administrar os impasses entre as várias regiões do país.

Ao explicar por que a atuação do governo seria importante em votações como essa, Alvaro ressaltou que o Brasil tem um "presidencialismo forte", em que a Presidência da República comanda também o processo legislativo.

— Mas ela está ausente desse debate — criticou.

Pedro França/Agência Senado

Pedro França/Agência Senado

Aloysio e Álvaro criticam atuação do governo

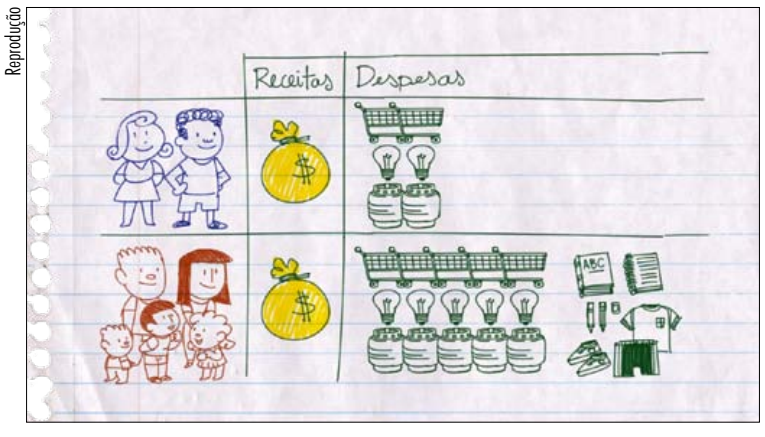
Vídeo explica orçamento de jeito simples e divertido

Conceitos complexos do orçamento público, como despesas obrigatórias e despesas discricionárias, podem ser compreendidos de maneira simples e divertida. Está disponível na página do e-Cidadania, no portal do Senado, um novo vídeo do Orçamento Fácil. Basta entrar no campo reservado à Lei Orçamentária Anual (LOA) e localizar o vídeo 10, intitulado *A composição das despesas*.

— Até mesmo no orçamento doméstico há um grupo de despesas do qual as famílias não podem abrir mão. Esses gastos obrigatórios ocorrem de um modo semelhante no orçamento público. Se essas despesas não estiverem bem calibradas, sobra pouco espaço para realizar outros gastos — explica o responsável pelos roteiros e finalização dos vídeos, Bernardo Ururahy.

Essa margem no orçamento público leva o nome de despesas discricionárias. São os gastos que o governo pode decidir onde aplicar.

Os vídeos do Orçamento Fácil são resultado de uma parceria entre o **Jornal do Senado**, a Agência Senado e a Consultoria de Orçamentos.



Reprodução

Cena da animação sobre o orçamento: comparação com o dia a dia das famílias

Texto ensina a composição das despesas: http://bit.ly/OFvideo10

Protestos em São Paulo dividem opiniões no Plenário

Depois do quarto dia de protestos contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo, os senadores voltaram a se manifestar sobre o assunto durante a sessão plenária da sexta-feira. Representante paulista, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) defendeu a ação da polícia militar e cobrou a punição de quem praticou atos de vandalismo. Já o líder do PT, Wellington Dias (PI), recomendou fazer distinção entre o que é movimento pacífico e o que é ação criminosa.

No fim da tarde e na noite de quinta-feira, milhares de pessoas participaram de ato no centro de São Paulo e entraram em confronto com a polícia, que foi acusada de provocar os ativistas e de reprimir violentamente até mesmo pessoas que protestavam pacificamente e profissionais de imprensa. Nos dias anteriores, a mídia noticiou atos de vandalismo praticados por pessoas que tomaram parte das manifestações, como depredação de ônibus e de bancas de jornal.

Aloysio chamou de vândalos os manifestantes, defendeu a ação da polícia militar e criticou o prefeito Fernando Haddad por ter dito que a polícia cometeu excessos. Ele disse esperar que os atos não fiquem impunes e cobrou uma atuação firme da polícia civil, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

O líder do PSDB afirmou que a ação dos manifestantes causou caos nas ruas da capital paulista e prejuízo ao patrimônio público. Para o senador, os baderneiros, como qualificou os manifestantes, não são verdadeiros usuários de transporte público.

Wellington Dias disse que é preciso separar o direito de protesto daquilo que é, muitas vezes, uma prática criminosa. Ele defendeu o diálogo para encontrar uma solução para o problema.

Para o senador petista, o estado deve garantir o legítimo direito de manifestação de estudantes, de trabalhadores e de organizações, mas deve estar atento a indivíduos infiltrados com o intuito de cometer crimes.

Mídia Ninja

Ato contra o aumento da tarifa de passagem de ônibus na capital paulista

Jucá: movimentos sociais não estarão na lei contra terrorismo

A legislação contra terrorismo não vai incluir ações dos movimentos sociais, segundo Romero Jucá (PMDB-RR). Na sexta-feira, ele esclareceu dúvidas sobre o trabalho da comissão de consolidação de leis e de dispositivos constitucionais, em que é relator, para analisar projeto que define crimes de terrorismo.

— Protestos, greves, movimentações, paralisações fazem parte da democracia. Mas temos que ter uma legislação que separe reivindicação de violência, sequestro, roubo, atentado, explosão, morte.

Jucá disse que a tipificação de penas para terrorismo é urgente, devido a grandes eventos como Copa do Mundo e Olimpíadas. A minuta de projeto elaborada pela comissão mista será enviada, para discussão, aos Ministérios da Defesa e da Justiça, à Casa Civil e a segmentos da sociedade.

Blairo Maggi lamenta morte do jornalista Marcos Coutinho

Pedro França/Agência Senado

A morte do jornalista Marcos Coutinho, dia 9, em Cuiabá, foi lamentada por Blairo Maggi (PR-MT) na sexta. Coutinho tinha 47 anos e morreu após sentir-se mal em casa.

O jornalista criou o Grupo Olhar Direto e se destacou no jornalismo investigativo, sendo considerado "o primeiro repórter investigativo da imprensa no formato contemporâneo", segundo o senador. Formado pela Universidade Metodista de São Paulo, Coutinho trabalhou como repórter e editor nos jornais *A Gazeta* e *Folha do Estado*, em Cuiabá, e como correspondente da *Gazeta Mercantil*, em Mato Grosso.

Na presidência da sessão, Ruben Figueiró (PSDB-MS), deu votos de pesar à família.

Senadores debatem hoje polêmica sobre domésticas

Regulamentação da emenda constitucional que garantiu mais direitos trabalhistas será discutida na Comissão de Direitos Humanos com representantes da Justiça do Trabalho e da Previdência Social

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) debate hoje a regulamentação da emenda constitucional que garantiu mais direitos aos trabalhadores domésticos. Aprovado dia 6 na comissão de regulamentação de leis e de dispositivos constitucionais, o projeto de regulamentação, relatado por Romero Jucá (PMDB-RR), terá de ser votado pelos Plenários do Senado e da Câmara.

Pedro França/Agência Senado

A PEC das Domésticas foi aprovada pelo Senado em 26 de março, por unanimidade

Entre os pontos que ainda devem gerar discussão, está a extinção do abatimento, no Imposto de Renda, do INSS pago pelo empregador doméstico. A redução da alíquota do INSS paga pelo empregador também é dúvida, porque integrantes do governo são contra a mudança.

Outro ponto ainda não pacificado é a multa por demissão. Pelo projeto, o fundo de demissão, correspondente a 40% de todas as contribuições do empregador ao FGTS e pago de maneira diluída, poderá ser sacado pelo empregado apenas em caso de demissão sem justa causa. Na justa causa ou na demissão por iniciativa do trabalhador, o valor poderá ser sacado pelo patrão, o que é questionado pelas centrais sindicais.

Outros itens que as centrais ainda pretendem alterar são o recolhimento do imposto sindical, não previsto no texto, e o número de dias trabalhados por semana para a caracterização do vínculo de trabalho. Atualmente, o entendimento da Justiça, mantido pelo texto da comissão, é de que a diarista pode trabalhar até dois dias por semana sem caracterização do vínculo.

Devem participar da audiência pública o ministro do Tribunal Superior do Trabalho Mauricio Godinho Delgado e o secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, Leonardo José Rolim Guimarães.

Também foram convidados representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, da Associação Brasiliense das Empregadas Domésticas e da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras.

A audiência pública será transmitida ao vivo pelo Portal e-Cidadania e pela TV Senado. As pessoas podem participar com perguntas ou comentários diretamente aos senadores e convidados por meio do primeiro link abaixo. A interação também é possível pelo Facebook, pelo Twitter e pelo serviço telefônico Alô Senado (0800 612211).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- **Tempo real**: *http://bit.ly/PECdasdomesticas*
- **Portal e-Cidadania**: *www.senado.leg.br/ecidadania*
- **Facebook**: *eCidadaniaSF*
- **Twitter**: *@e_cidadania*
- **Taquigrafia**: *http://bit.ly/notasPD*
- **TV**: *www.senado.leg.br/TV*

Comissão analisa MP do Minha Casa Melhor

A comissão mista responsável por analisar a Medida Provisória (MP) 620/2013, que viabiliza o Programa Minha Casa Melhor, foi designada na sexta-feira. O anúncio foi feito por Ruben Figueiró (PSDB-MS), que presidia a sessão no Plenário.

Os parlamentares terão até o dia 18 para apresentar emendas. A partir de 10 de agosto, a proposição entra em regime de urgência, obstruindo a pauta da Casa em que estiver tramitando. O prazo final para concluir a votação termina em 24 de agosto.

A MP 620 autoriza a União a repassar R$ 8 bilhões à Caixa para ampliar a capacidade operacional do banco e garantir a execução do programa.

O Minha Casa Melhor cria uma linha de financiamento especial para a aquisição de móveis e eletrodomésticos aos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida. O total disponível é de R$ 18,7 bilhões, vindos do Tesouro Nacional. Cada família terá até R$ 5 mil, que poderão ser pagos em até 48 meses, com taxa de juros de 5% ao ano.

Os beneficiários poderão comprar sofá, geladeira, fogão, lavadora de roupas, computador, TV digital, guarda-roupa, cama e mesa com cadeiras. A condição para ter acesso ao crédito é estar em dia com as prestações do imóvel adquirido por meio do Minha Casa, Minha Vida.

A Caixa vai emitir um cartão magnético para ser usado pelos interessados. A linha de financiamento estará disponível por 12 meses a partir da data de emissão do cartão. O governo espera que 3,7 milhões de famílias sejam contempladas.

Os integrantes da comissão

A comissão mista terá a participação dos seguintes senadores como titulares:

BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB/PP/PSD/PV)
- Eunício Oliveira *(PMDB-CE)* ▪ Francisco Dornelles *(PP-RJ)*
- Sérgio Petecão *(PSD-AC)* ▪ Paulo Davim *(PV-RN)* ▪ Ricardo Ferraço *(PMDB-ES)*

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PDT/PSB/PCDOB/PRB/PSOL)
- Wellington Dias *(PT-PI)* ▪ Acir Gurgacz *(PDT-RO)*
- Rodrigo Rollemberg *(PSB-DF)* ▪ Inácio Arruda *(PCdoB-CE)*

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB/DEM)
- Aloysio Nunes Ferreira *(PSDB-SP)* ▪ Jayme Campos *(DEM- MT)*
- Cássio Cunha Lima *(PSDB-PB)*

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB/PR/PSC/PPL)
- Alfredo Nascimento *(PR-AM)* ▪ Gim *(PTB-DF)*

Casildo pede mais incentivo para micro e pequesas empresas

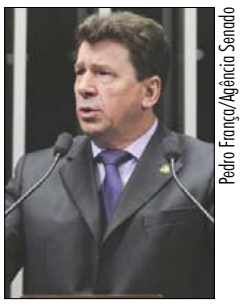
Pedro França/Agência Senado

A alta carga tributária e a burocracia estão entre as maiores dificuldades enfrentadas pelos empreendedores brasileiros, segundo Casildo Maldaner (PMDB-SC). Por isso, ele pediu ontem, em Plenário, mais incentivo a micros e pequenas empresas.

O senador citou pesquisa do Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade, com apoio do Sebrae, que registra 13 milhões de pequenos empreendimentos no país, o que corresponde a 99% do universo empresarial brasileiro. Apesar de não receberem incentivos, disse, as micros e pequenas empresas geram 52% dos empregos no país e respondem por 40% da massa salarial. Casildo acrescentou que, segundo o Monitor Global do Empreendedorismo, mais de 44% dos brasileiros gostariam de abrir um negócio próprio.

— Essa percepção dos especialistas evidencia as dificuldades do poder público para fomentar de forma consistente e sustentável o desenvolvimento do empreendedorismo — disse Casildo.

Cassol defende extração de diamantes em terras indígenas regularizadas


Pedro França/Agência Senado

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu na sexta-feira a regularização da exploração de diamantes na Reserva Roosevelt, em Rondônia. Segundo o parlamentar, a profissionalização da extração mineral no Brasil, sobretudo em terras indígenas, colocaria fim à rede de ilegalidades na região.

— Temos a maior jazida de diamantes do mundo no estado de Rondônia e os índios não têm direito de tirar, mas o diamante sai no contrabando — criticou.

Segundo Cassol, a regularização ajudaria também a evitar conflitos violentos na região e garantiria melhor qualidade de vida para a população.

Cassol também criticou a situação de rodovias estaduais e federais que passam por Rondônia, que, segundo ele, encontram-se em estado precário, esburacadas e com falta de pontes. O senador atribuiu a condição das rodovias à demora na emissão de licenças ambientais e à falta de fiscalização do governo.

Figueiró manifesta apoio a ato de produtores rurais

Pedro França/Agência Senado

Ruben Figueiró (PSDB-MS) manifestou solidariedade ao ato programado para sexta-feira, em Mato Grosso do Sul, com expectativa de participação de 4 mil produtores rurais, pelo movimento "Onde tem Justiça, tem espaço para todos". Os produtores devem se reunir no município de Nova Alvorada do Sul em protesto contra ocupações de fazendas por grupos indígenas.

Conforme o senador, os participantes vão promover uma manifestação "pacífica e ordeira" contra a insegurança jurídica "imperante" em Mato Grosso do Sul devido às constantes invasões. Figueiró disse que o ato foi justificado pelo líder do movimento e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS, Eduardo Riedel, como um "veemente alerta" ao Executivo e ao Judiciário para que não se mantenham em atitude de expectativa ou omissão.

— A segurança degenera-se quando o Estado não assegura o direito de domínio das terras que ele mesmo concedeu ao produtor rural — afirmou.

Jucá quer Lavrado em lista de ecossistemas protegidos por lei

O Lavrado, ecossistema com incidência em Roraima e no Amapá, poderá ser incluído entre os estabelecidos na Constituição como patrimônio natural. A ampliação da lista está no substitutivo de Romero Jucá (PMDB-RR) para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 53/2009, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça (CCJ).

Sexta-feira, Jucá explicou que a Constituição prevê como patrimônio natural cinco ecossistemas: Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal e Zona Costeira. A utilização dos ecossistemas deve ocorrer de forma a assegurar a preservação dos recursos naturais.

A PEC 53/2009, proposta pelo senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ), inclui nessa lista o Cerrado, a Caatinga, a Mata dos Cocais e o Pampa. Com o substitutivo, Jucá pretende incluir também o Lavrado.

— Quero registrar ao povo de Roraima e do Amapá que estamos inserindo também os nossos Lavrados, que são um tipo diferenciado de ecossistema, que merece o reconhecimento e o respeito da sociedade brasileira — disse, ao informar que vai cobrar a votação da PEC 53/2009 na CCJ.